



Um Toque de Clássicos

MARX
DURKHEIM
WEBER

2ª EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

Tania Quintaneiro
Maria Ligia de Oliveira Barbosa
Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira

EDITORA
UFMG

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as origens e a natureza da vida social é quase tão antiga quanto a própria humanidade, mas a Sociologia, como um campo delimitado do saber científico, só emerge em meados do século 19 na Europa. Para melhor entender esse processo, é mister referir-se ao quadro das mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas principalmente a partir do século 16 e às correntes de pensamento que estabeleceram os alicerces da modernidade européia - o racionalismo, o empirismo e o iluminismo.¹ A marca da Europa moderna foi, sem dúvida, a instabilidade, expressa na forma de crises nos diversos âmbitos da vida material, cultural e moral. Foi no cerne dessas dramáticas turbulências que nasceu a Sociologia enquanto um modo de interpretação chamado a explicar o “caos” até certo ponto assustador em que a sociedade parecia haver-se tornado. Passemos a considerar, brevemente, algumas das dimensões sociais e intelectuais envolvidas nessa trajetória.

MUDANCAS RESULTANTES DA INDUSTRIALIZAÇÃO

As grandes transformações sociais não costumam acontecer de maneira súbita, sendo quase imperceptíveis para aqueles que nelas estão imersos. Mesmo os sistemas filosóficos e científicos inovadores entrelaçam-se a tal ponto com os que os antecedem que é difícil pensar em termos de rupturas radicais. Ainda assim, começara a despontar desde a Renascença a consciência de que uma linha distintiva separava os novos tempos do que veio a se chamar Medievo.² Mudanças na organização política e jurídica, nos modos de produzir e de comerciar exerciam um mútuo efeito multiplicador e geravam conflitos ideológicos e políticos de monta.

O avanço do capitalismo como modo de produção dominante na Europa ocidental foi desestruturando, com velocidade e profundidade variadas, tanto os fundamentos da vida material como as crenças e os princípios morais, religiosos, jurídicos e filosóficos em que se sustentava o antigo sistema. Profundos câmbios na estrutura de classes e na ossatura do Estado foram ocorrendo em muitas das sociedades européias. A dinâmica do desenvolvimento capitalista e as novas forças sociais por ele engendradas provocaram o enfraquecimento ou

¹ Esta introdução incorpora partes do artigo Sociologia, obra dos tempos modernos.

² Com a queda do Império Romano, em 410, começam a configurar-se os elementos que caracterizarão a chamada Idade Média ou o período medieval, que se estende até o século 15. Aí se inicia o Renascimento, o nascimento da Modernidade.

desaparecimento, mais ou menos rápido, dos estamentos tradicionais - aristocracia e campesinato - e das instituições feudais: servidão, propriedade comunal, organizações corporativas artesanais e comerciais. A partir da segunda metade do século 18, com a primeira revolução industrial e o nascimento do proletariado, cresceram as pressões por uma maior participação política, e a urbanização intensificou-se, recriando uma paisagem social muito distinta da que antes existia. Os céus dos grandes centros industriais começaram a cobrir-se da fumaça despejada pelas chaminés de fábricas que se multiplicavam em ritmo acelerado, aproveitando a considerável oferta de braços proporcionada pela gradual deterioração da propriedade comunal. De fato, esta antiga instituição européia vinha sendo aos poucos usurpada pelos grandes proprietários e arrendatários de terras, com base nas leis e nas armas. A capitalização e modernização da agricultura provocaram o êxodo de milhares de famílias que, expulsas de seu habitat ancestral, vagavam à procura de trabalho. As cidades, receptoras desses fluxos contínuos, foram crescendo acelerada e desordenadamente. Cenário de feiras periódicas, elas recebiam pequenos produtores locais e mercadores estrangeiros e, sob o manto de sua intensa atividade, albergavam uma população de mendigos, desocupados, ladrões, saltimbancos, piratas de rios e de cais, traficantes e aventureiros em busca de todo tipo de oportunidades. A cidade acenava a todos com a possibilidade de maior liberdade, proteção, ocupação e melhores ganhos, embora para muitos tais promessas não chegassem a cumprir-se. No carregado ambiente urbano, a pobreza, o alcoolismo, os nascimentos ilegítimos, a violência e a promiscuidade tornavam-se notáveis e atingiam os membros mais frágeis do novo sistema, particularmente os que ficavam fora da cobertura das leis e instituições sociais.

A aglomeração, conjugada a outros fatores como as condições sanitárias, tinha outras conseqüências deletérias sobre a população urbana, especialmente sobre os mais miseráveis. A fome, a falta de esgotos e de água corrente nas casas, o lixo acumulado e as precárias regras de higiene contribuíam para a proliferação de doenças e a intensificação de epidemias que elevavam as taxas de mortalidade da população em geral, e dos pobres, das crianças e parturientes em particular.³ A gente decente banhava-se somente por ordem médica (o banho diário era coisa de nobres e libertinos) e “muitos não tinham idéia se o sabão era ou não comestível”.⁴ Foi somente no limiar do século 18, com as revoluções industrial e agrícola na Inglaterra, que uma relativa abundância de alimentos juntamente com outros fatores

³ Segundo Scliar, “a teoria do miasma, ao mesmo tempo que alertava contra a transmissão de doenças pelos maus ares, condenava o banho, que poderia abrir os poros e assim facilitar a entrada de eflúvios perigosos”. Aos europeus causava surpresa a limpeza dos “selvagens”. SCLIAR. *A paixão transformada*, p. 169-170.

⁴ HISTÓRIA Universal Marin, v. 4, p. 228.

ligados a melhorias na higiene promoveram uma sensível redução das taxas de mortalidade e um correspondente aumento da população. As quedas abruptas, uma constante na pauta demográfica dos períodos anteriores, tornaram-se menos freqüentes. Entre 1800-1850, o crescimento populacional da Europa foi de 43%. Alguns países ultrapassaram os 50%. Na França, no início do século 19, a expectativa média de vida subiu a 38 anos, e 7% da população já chegavam aos 60 anos, embora 44% não passassem dos 20.

As condições de trabalho que caracterizam o início da revolução industrial eram assustadoras para os padrões atuais e podem ser responsabilizadas pela baixa expectativa de vida dos operários que labutavam em turnos diários de 12 a 16 horas, ampliados para até 18 horas quando a iluminação a gás tornou-se disponível. Foi em 1833, e somente nas fábricas têxteis da Inglaterra, que crianças entre 9 e 13 anos foram proibidas de trabalhar em jornadas de mais de 9 horas, e as que tinham entre 13 e 16 anos por mais de 12 horas, sendo o turno da noite reservado para que freqüentassem a escola.⁵

O salário dos aprendizes era em geral a metade do que se pagava aos operários, o das mulheres a quarta parte, e o das crianças... já se pode imaginar. Além das doenças devidas ao ambiente insalubre, da alimentação deficiente, da falta de aquecimento apropriado, da disciplina nas fábricas e das multas que reduziam ainda mais seus ganhos, os trabalhadores estavam expostos a freqüentes acidentes provocados pelo maquinário pesado que mutilava e matava. Muitas revoltas tiveram como alvo as próprias máquinas, destruídas pelos operários enfurecidos, como no chamado movimento ludista. A luta por melhores condições de trabalho, na Europa como na América, foi árdua, e novos direitos foram sendo aos poucos conquistados e acrescentados à legislação social e trabalhista em diversos países.

Mudanças também ocorreram, em distintos graus, na instituição familiar, tanto no que se refere ao status de seus membros segundo sexo e idade, como à natureza das relações pessoais e jurídicas entre eles. Em questões tais como o controle de propriedades por parte das mulheres, a relativa autonomia dos filhos, a abolição do direito de primogenitura houve avanços significativos, dependendo da dinâmica interna das sociedades.

⁵ O tratamento das crianças é um bom exemplo das mudanças sociais ocorridas no processo de socialização e na moralidade. A punição física sofrida pelas crianças na forma de palmadas e outros castigos, que já foi considerada desejável e pedagógica, hoje começa a parecer inaceitável em algumas sociedades. Surgem entidades oficiais e privadas protetoras que visam coibir abusos, e às vezes é suficiente um ato que provoque publicamente sofrimento de qualquer natureza a uma criança para que aqueles que o assistem manifestem seu desagrado e aversão. Mesmo assim, ainda hoje se têm notícias sobre o infanticídio de meninas praticado por familiares, especialmente nas sociedades em que o sexo feminino é socialmente desvalorizado e nas quais até mesmo a oferta de alimentos, assim como oportunidades de educação, saúde, salários e cargos é menor para mulheres ou meninas.

Menos visíveis, mas igualmente profundos foram os desenvolvimentos no universo das relações afetivas. Nas camadas altas e médias das comunidades medievais, onde nome e fortuna eram o binômio que marcava os destinos de homens e mulheres, a escolha de parceiros dependia de critérios estamentais ou refletia interesses políticos ou econômicos familiares.⁶ Com o advento da modernidade, certas instituições começaram a se consolidar e a adquirir importância - entre elas o amor romântico, o casamento por escolha mútua, a estrutura nuclear da família, o reconhecimento da infância e mesmo da adolescência enquanto fases peculiares da vida. A presença de uma nova sensibilidade e de atitudes, comportamentos e valores distintos - como os mimos que passam a ser dedicados às crianças, até então vistas como adultos em miniatura - só se torna conspícua quando se atenta para o longo prazo e, mesmo assim, as práticas anteriores não deixam de ter vigência. De fato, provocaria escândalo nos dias de hoje a indiferença com que freqüentemente os pais tratavam as crianças até que elas ultrapassassem o limite de idade que permitia ter esperança em sua sobrevivência.⁷ Como na estória de João e Maria, não era incomum que fossem abandonadas por famílias que não tinham meios de criá-las. O infanticídio era secretamente praticado e moralmente admitido. Um sentimento de família mais próximo do que existe nos dias de hoje deve-se também ao aparecimento, nas casas burguesas da Inglaterra, dos espaços privados, claramente diferenciados do lugar do trabalho, embora o proletariado urbano demorasse ainda a alcançar esse benefício.⁸

Entre outras coisas, a industrialização também modificou profundamente a percepção do tempo entre as populações européias, ajustadas a ritmos naturais em obediência a costumes milenares. Isso se explica porque quanto menos os povos dependem da tecnologia para levar adiante suas atividades produtivas, mais o tempo social é regulado pelos fenômenos da natureza - as estações, as marés, a noite e o dia, o clima. A revolução industrial obriga a um registro mais preciso do tempo na vida social. O empresário passa a comprar horas de trabalho e a exigir seu cumprimento. Os trabalhadores perdem o controle do ritmo produtivo

⁶ A história registra um caso extremo de uma menina da nobreza que foi casada pela primeira vez antes dos quatro anos e, após enviuvar, ter sido casada novamente por mais duas vezes antes de completar onze. Isso mostra o grau de dependência a que estavam submetidas as mulheres e a inexistência de laços afetivos como fundamento das alianças, mais voltadas a outros interesses.

⁷ Ver ARIES. *História social da criança e da família*.

⁸ Em meados do século 19, em Manchester, 60.000 pessoas viviam em pátios e 40.000 em porões. Em 1.500 destes porões, três pessoas dormiam numa mesma cama; em outros 738, quatro que descansavam em um só colchão, e nos demais 281, cada cama era compartilhada por cinco pessoas. Uma espécie de tina esvaziada pelas manhãs era usada como (?) e seus distritos havia 33 tinas servindo a 7.000 pessoas. (?) *da saúde pública*, p. 166-167.

que impõe uma disciplina até então desconhecida.⁹ Uma nova moralidade a sustenta desde os púlpitos até que os operários, organizados em associações, começam a rebelar-se contra as exigências excessivas. O esforço para entender as causas e os prováveis desenvolvimentos das novas relações sociais motivou a reflexão que veio a cristalizar-se na Sociologia.

ANTECEDENTES INTELECTUAIS DA SOCIOLOGIA

Pelo menos até o século 18, a maioria dos campos de conhecimento, hoje enquadrados sob o rótulo de ciências, era ainda, como na Antigüidade Clássica, parte integral dos grandes sistemas filosóficos. A constituição de saberes autônomos, organizados em disciplinas específicas, como a Biologia ou a própria Sociologia, envolverá, de uma forma ou de outra, a progressiva redefinição das questões últimas colocadas tradicionalmente pela reflexão filosófica, como a liberdade e a razão. Consideraremos brevemente algumas idéias cujo impacto foi marcante para a configuração das primeiras teorias sociais modernas.

Concomitantemente aos processos de ordem socioeconômica, mudanças culturais contribuirão para suplantar a concepção orgânica, dominante na Antigüidade e no período medieval, substituindo-a por correntes de pensamento de base individualista.¹⁰ A Reforma protestante, iniciada no século 16, foi um momento importante nessa trajetória. Ao contestar a autoridade da Igreja como instância última na interpretação dos textos sagrados e na absolvição dos pecados, a Reforma colocou sobre o fiel essa responsabilidade e, instituindo o livre exame, fez da consciência individual o principal nexos com a divindade. O espírito secular impregnou distintas esferas da atividade humana. Generalizou-se aos poucos a convicção de que o destino dos homens também depende de suas ações. Críticas à educação tradicional nas universidades católicas levaram à substituição do estudo da Teologia pelo da Matemática e da Química.

A crença de que a razão é capaz de captar a dinâmica do mundo material e de que a lei natural, inscrita no coração dos homens, pode ser descoberta espontaneamente vai ganhando força, deteriorando, aos poucos, os velhos princípios de autoridade - entre os quais os mantidos pela Igreja católica. Sobre essa base, torna-se mais fácil compreender a

⁹ “O tempo se converte em moeda, não passa ... se gasta.” THOMPSON. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, p. 247.

¹⁰ Foi entre os séculos 17 e 18, sobretudo, que despontaram as concepções e faziam do indivíduo o ponto de partida do saber e da vida social.

emergência do empirismo, do racionalismo cartesiano¹¹ e o avanço das ciências experimentais que, no seu conjunto, caracterizarão a era moderna.

Além do impacto das mudanças provocadas pela Revolução Industrial, atribui-se à Revolução Francesa, alentada pelo movimento de idéias da Ilustração, um extraordinário impulso para que o modo sociológico de investigar e interpretar a realidade social se tornasse possível.¹² A confiança na razão e na capacidade de o conhecimento levar a humanidade a um patamar mais alto de progresso, regenerando o mundo através da conquista da natureza e promovendo a felicidade aqui na terra, tornou-se bandeira e símbolo do movimento de crítica cultural que marca o Setecentos, o Século das Luzes - o Iluminismo.¹³ É esse movimento de idéias - que alcança seu ponto culminante com a Revolução Francesa e o novo quadro sociopolítico por ela configurado - que terá um impacto decisivo na formação da Sociologia e na definição de seu principal foco: o conflito entre o legado da tradição e as forças da modernidade. A idéia de liberdade passou, então, a conotar emancipação do indivíduo da autoridade social e religiosa, conquista de direitos, e autonomia frente às instituições. A burguesia europeia ilustrada acreditava que a ação racional traria ordem ao mundo, sendo a desordem um mero resultado da ignorância. Educados, os seres humanos seriam bons e iguais. Embora o status da mulher continuasse a ser inferior, começava-se timidamente a pensar, e mesmo a promover, em algumas esferas, a igualdade civil entre os sexos.¹⁴ A idéia de que o progresso era uma lei inevitável que governava as sociedades consolida-se e vem a manifestar toda a sua força no pensamento social do século 19, atuando diretamente sobre os primeiros teóricos da Sociologia. Na busca de explicações sobre a origem, a natureza e os possíveis rumos que tomariam as sociedades em vias de transformação, temas tais como liberdade, moral, leis, direito, obrigações, autoridade e desigualdade ganham destaque e vêm a fazer parte também do elenco de questões que a Sociologia se coloca.

Charles Louis de Secondat, Barão de la Brede e de Montesquieu, conhecido como Montesquieu (1689-1755), foi um filósofo político de grande impacto sobre as ciências

¹¹ O “penso, logo existo” exprime a descoberta de uma verdade indubitável, a partir da qual Descartes construirá seu sistema filosófico.

¹² O racionalismo nasce no século 17 com René Descartes, juntamente com o contratualismo, com Thomas Hobbes e John Locke, e o empirismo com Francis Bacon, entre outros. Enquanto o empirismo fundava o conhecimento na experiência, sendo, portanto, indutivo, o racionalismo era dedutivo. A dedução inicia-se com um conceito geral, abstrato, do qual derivam-se conclusões lógicas a respeito da realidade concreta. Por exemplo, a partir da idéia de estado da natureza explica-se, através de um processo hipotético dedutivo, a origem do Estado.

¹³ O lema kantiano *sapere aude* - ousa conhecer - exprime o espírito do movimento iluminista.

¹⁴ Helvétius escreve, em 1758, que as diferenças entre os seres humanos não se referem à sua capacidade de conhecer, mas aos fatores sociais e políticos, ou morais; portanto, a educação deveria ser oferecida igualmente a homens e mulheres. Seu livro foi condenado pelo Papa e queimado no Parlamento de Paris e na Faculdade de Teologia, a Sorbonne.

sociais, tendo lançado mão do conhecimento histórico e empírico para fundar seus argumentos, distanciando-se, assim, do raciocínio hipotético-dedutivo característico dos contratualistas. Graças ao saber adquirido por meio de suas viagens e leituras, inovou ao propor a assunção de um ponto de vista comparativo no estudo das sociedades e suas instituições, tendo analisado não apenas a trajetória dos povos de tradição cristã-ocidental mas também sociedades orientais, como a turca e a persa. Talvez sua contribuição teórica mais importante refira-se à sua concepção de leis como “relações necessárias que derivam da natureza das coisas”.¹⁵ Cabe ao intelecto humano descobri-las. E na medida em que a lei em geral é um princípio de razão, deve-se procurar que as leis positivas, isto é, as leis políticas e civis, atendendo às particularidades do clima, da geografia, da raça e dos costumes de cada povo, sejam harmônicas com essa ordem maior. Este é o espírito das leis. Mas as leis que governam os homens não são sempre obedecidas por estes, sujeitos às paixões, à ignorância e ao erro. Por isso, o mundo inteligente não seria tão bem governado como o físico. Sob esse ponto de vista, a liberdade é entendida como “o direito de fazer tudo quanto as leis permitem; e, se um cidadão pudesse fazer o que elas proíbem, não teria mais liberdade porque os outros teriam idêntico poder”.¹⁶ Em síntese, a caracterização da esfera social como um campo diferenciado e a procura das leis que regem seu movimento representam o legado mais importante de Montesquieu à formação do pensamento sociológico.

Partindo da concepção de um estado de natureza onde não existiriam desigualdades, e tampouco moralidade, o genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), ao mesmo tempo que prolonga a tradição contratualista do Seiscentos, modifica o conteúdo e o sentido do chamado “pacto social” o qual, ao fazer surgir o poder da lei, legitimou a desigualdade, a injusta distribuição da propriedade e da riqueza, e também a submissão, a violência, os roubos, a usurpação e todo tipo de abusos. O estado civil, além de ser um artifício, um ato de associação ao qual a vontade individual se submete, é o resultado de um processo histórico. E é, precisamente, nessa visão evolucionista e na crítica do processo civilizatório onde haverá de buscar-se a herança mais duradoura que o genebrino legou à Sociologia. No estado primitivo, o homem é, segundo ele, “um ser livre, cujo coração está em paz e o corpo com saúde”. Com a formação da sociedade e das leis e o surgimento de governantes, os seres humanos perdem a liberdade e os direitos naturais. Eles passam a fazer parte de um rebanho chamado sociedade onde reina uma uniformidade desprezível e enganosa. A vida civil e a dependência mútuas criam entre eles laços de servidão.

¹⁵ MONTESQUIEU. O espírito das leis, p. 121.

¹⁶ MONTESQUIEU. O espírito das leis, p. 172.

Embora nesse estado (o ser humano) se prive de muitas vantagens que frui da natureza, ganha outras de igual monta: suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas idéias se alargam, seus sentimentos se enobrecem, toda a sua alma se eleva a tal ponto que, se os abusos dessa nova condição não o degradassem freqüentemente a uma condição inferior àquela de onde saiu, deveria, sem cessar, bendizer o instante feliz que dela o arrancou para sempre e fez, de um animal estúpido e limitado, um ser inteligente e um homem.¹⁷

Entre os benefícios alcançados, o hábito de viver juntos criou nos seres humanos sentimentos doces como o amor conjugal e paterno, não havendo, no início, diferenças entre o modo de viver dos dois sexos. O jugo auto-imposto - a fonte dos males - deveu-se ao aumento de comodidades, que acabaram por se tornar indispensáveis. Assim,

o homem, de livre e independente que antes era, devido a uma multidão de novas necessidades, passou a estar sujeito, por assim dizer, a toda a natureza e, sobretudo, a seus semelhantes dos quais, num certo sentido, se torna escravo, mesmo quando se torna senhor: rico, tem necessidade de seus serviços; pobre, precisa de seu socorro...¹⁸

Esses males constituem o efeito da propriedade privada, cujo estabelecimento é o primeiro progresso da desigualdade. Numa frase muito conhecida, ele afirma que “o verdadeiro fundador da sociedade” foi aquele que primeiro cercou um terreno e lembrou-se de dizer: “isto é meu”, tendo encontrado “pessoas suficientemente simples para acreditá-lo”.¹⁹ O gênero humano ficou, então, submetido ao trabalho, à servidão e à miséria, surgiram preconceitos “contrários à razão, à felicidade e à virtude” e, por fim, o despotismo. Assim, “por mais que se admire a sociedade humana, não será menos verdadeiro que ela necessariamente leva os homens a se odiarem entre si à medida que seus interesses se cruzam, a aparentemente se prestarem serviços e realmente a se causarem todos os males imagináveis”.²⁰ No coração de todo homem civilizado está o desejo de ser o rei do universo, diz Rousseau.

O movimento iluminista depositava uma imensa fé na capacidade de a humanidade utilizar-se da razão e assim progredir. Advogar que, utilizando-se da razão, os seres humanos podiam melhorar sua condição levou ao surgimento de um grande interesse por parte de certos setores da sociedade na divulgação de conhecimentos científicos e

¹⁷ ROUSSEAU. Do contrato social, p. 267.

¹⁸ ROUSSEAU. Discurso sobre a desigualdade, p. 267.

¹⁹ ROUSSEAU. Discurso sobre a desigualdade, p. 259.

²⁰ ROUSSEAU. Discurso sobre a desigualdade, p. 291.

práticos.²¹ Na França, alguns desses pensadores planejaram a elaboração de uma enciclopédia ambiciosa, como um quadro geral dos “esforços da mente humana” para que, por meio do saber, os homens pudessem tornar seus descendentes mais instruídos, logo, mais virtuosos e felizes. Em 1750, Diderot lançou o Prospectus através do qual a Enciclopédia foi apresentada.²² No Discurso preliminar, publicado em 1751, D'Alembert procura mostrar que, a partir de nossas sensações, damos-nos conta de nossa própria existência e, em seguida, dos objetos exteriores, entre os quais nosso corpo “sujeito a mil necessidades e extremamente sensível à ação dos corpos exteriores”. Entre os objetos exteriores, descobrimos seres semelhantes a nós, o que nos faz pensar que possuem as mesmas necessidades e “o mesmo interesse em satisfazê-las” e que, portanto, deve ser vantajoso nos unirmos a eles. Assim, “a comunicação de idéias é o princípio e a base dessa união e exige necessariamente a invenção dos signos; tal é a origem da formação das sociedades com a que as línguas devem ter nascido”.²³ Ali se lê que “entre os artesãos se encontram as provas mais admiráveis da sagacidade do espírito e da paciência”, qualidades que de fato iriam fazer avançar o conhecimento em outras áreas.²⁴ Iniciava-se uma era na qual mestres e empresários tornar-se-iam, pouco a pouco, parte da camada social dominante. Foram eles os responsáveis por maravilhosas invenções e descobertas que, “preparadas pelos trabalhos dos séculos precedentes”, vinham agora a modificar inexoravelmente a face do planeta.

Uma mostra da vitalidade desse período encontra-se na série de inventas revolucionários como a lançadeira que John Kay construiu, em 1733, e o tear mecânico produzido cinco anos mais tarde por John Wyatt e Lewis Paul que multiplicariam a produtividade da indústria têxtil; os projetos desenvolvidos entre 1761 e 1768 por James Watt que resultaram na máquina a vapor, fazendo surgir em 1813 a primeira locomotiva e, em 1821, o barco a vapor, construído pelo norte-americano Robert Fulton. Terras e mares foram rasgados, encurtando distâncias que pouco tempo antes pareciam incomensuráveis. A guerra também aguçou a criatividade, e a produção bélica teve reflexos importantes na economia. O grande desenvolvimento industrial permitiu o aumento da produção, gerando uma demanda

²¹ O termo *arte* já era, desde os gregos, aplicado à técnica, enquanto a *ciência* conhecia as coisas eternas: substâncias, essências, movimentos.

²² Figuras proeminentes da Ilustração francesa, Denis Diderot (1713-1784), filósofo e literato, e Jean le Rond d'Alembert (1717-1783), filósofo, físico e matemático, organizaram e publicaram a *Enciclopédia*.

²³ DIDEROT; D'ALEMBERT. *Dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios por uma sociedade de letrados*, p. 23. Entre 1757-1780 saíram à luz 17 volumes de textos, 111 de pranchas e ilustrações, 5 de suplementos e 2 de índices. Contribuíram para a *Enciclopédia*, entre outros, Condorcet, Rousseau e Voltaire.

²⁴ Ao questionar os preconceitos que haviam relegado à condição de classe inferior aqueles que se dedicavam às operações manuais e rotineiras, a *Enciclopédia* concedeu às chamadas artes mecânicas um lugar que nunca antes haviam ocupado.

de novos mercados e de matérias-primas. Na esteira desse processo, o comércio internacional se intensificou e, com ele, a expansão colonial na África e na Ásia. Enfim, o novo modo de produzir instalava-se, jogando por terra a sociedade feudal e suas instituições.

PRIMEIRAS SOCIOLOGIAS: ORDEM, CAOS, CONTRADIÇÕES, EVOLUÇÃO

A Revolução Francesa e seu ideário de liberdade, assim como o individualismo e o anticlericalismo presentes no pensamento iluminista, inspiraram também uma reação profundamente conservadora e de certo modo retrógrada no seio do pensamento social e que se refletiu nas produções francesa e inglesa, especialmente no que diz respeito à preeminência da sociedade sobre o indivíduo, sua criatura, e na crítica às mazelas da sociedade moderna. Entre os principais representantes dos que têm sido chamados “profetas do passado” estão o inglês Edmund Burke (1729-1797) e os franceses Joseph de Maistre (1754-1821) e Louis de Bonald (1754-1840). Em linhas gerais, eles ansiavam por uma sociedade estável, hierarquizada, fundada em valores familiares, religiosos e comunitários, assim como na ordem, na coesão e na autoridade. Esse modelo havia chegado ao clímax nas sociedades medievais, começando a declinar com o Renascimento. A nostalgia de uma vida comunitária e familiar, vista então como idílica, e do processo artesanal de trabalho, ambos destruídos pelo novo modo de produção e pela urbanização descontrolada, traduziram-se em críticas à própria modernidade de que era fruto o homem alienado, anômico, desprovido de virtudes morais e espirituais. Paralelamente a essa rejeição ao moderno, tal corrente glorificava a tradição.

Precusores imediatos da Sociologia, os pensadores conservadores consideram que o caos e a ausência de moralidade e solidariedade que as sociedades nascidas das duas grandes revoluções revelam eram fruto do enfraquecimento das antigas instituições protetoras, como a Igreja e as associações de ofícios, que haviam garantido ou expressado a estabilidade e a coesão social anteriores. Essa percepção impacta fortemente a produção sociológica, especialmente no que se refere aos temas da coesão e da solidariedade. Apesar dessa influência, a Sociologia vem a assumir um caráter decididamente moderno, acreditando no progresso como uma tendência inexorável.

A teoria social avança a passos rápidos na França com a obra de Claude Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon (1760-1825). Ele esteve entre os primeiros a dar-se conta da inutilidade da aristocracia no contexto da nova sociedade que se estava gestando. Um dos fundamentos da análise sociológica de Saint-Simon é, precisamente, a existência de classes

sociais dotadas de interesses conflitantes. Segundo ele, os industriais franceses deveriam mandar uma carta ao rei pedindo que ele os livrasse dos ultramonarquistas e bonapartistas dizendo: “Senhor, nós somos as abelhas, livrai-nos dos zangões.” Em 1819, publicou a Parábola (texto que lhe valeu uma curta estada na prisão), apontando para a nova sociedade onde industriais (proprietários e trabalhadores, as “abelhas”) contrastam com a elite ociosa (cerca de 30.000 indivíduos considerados importantes, entre família real, ministros, prelados e outros, os “zangões”) a qual, se desaparecesse de uma só vez, não faria falta à nação. Assim, segundo ele,

a prosperidade da França não pode ser determinada mais que por efeito e como consequência do progresso das ciências, das belas artes e das profissões e ofícios. Mas os marechais da França, os prefeitos e os proprietários ociosos não trabalham em absoluto para o progresso das ciências, não contribuem para tal progresso, antes o freiam, pois estão se esforçando em prolongar o predomínio que até agora vêm exercendo as teorias conjecturais sobre os conhecimentos positivos... são prejudiciais porque empregam seus meios pecuniários de um modo não diretamente útil para as ciências, as belas artes e as artes e ofícios.²⁵

Saint-Simon acreditava no industrialismo como domínio da natureza, sendo a história humana a do trabalho material e espiritual ou do esforço coletivo - que engloba os avanços da ciência. A característica fundamental da sociedade moderna era, para ele como o fora para os iluministas, o progresso. Fazendo eco ao sucesso alcançado pelas ciências naturais, à ciência que tratava de construir chamou de Fisiologia Social. Ela deveria tratar da ação humana incessante, transformadora do meio, e adotar o método positivo das ciências físicas. A sociedade não seria “um simples aglomerado de seres vivos cujas ações, independentes de toda finalidade, não têm outra razão que a arbitrariedade das vontades individuais”, mas um verdadeiro ser animado, mais ou menos vigoroso, a cujas partes corresponderiam distintas funções. A base da sociedade é a produção material, a divisão do trabalho e a propriedade. As vidas individuais seriam as engrenagens principais que contribuem para o progresso da civilização. Todas as sociedades possuem idéias comuns, e seus membros gostam de sentir os laços morais que garantem sua união com os demais. A cada tipo de estrutura social corresponde uma moral e, na sociedade industrial, ela se vincula à produção e ao trabalho. Se nas sociedades militares que a antecederam, o poder cabia aos guerreiros, na época da indústria a direção deveria passar à classe industrial, cuja propriedade se origina no trabalho. A força militar estaria fadada a tornar-se completamente inútil, diz ele. O poder teológico seria também substituído pela capacidade científica positiva, e os

²⁵ SAINT-SIMON. Parábola.

conhecimentos passariam a se fundar na observação. O corpo social como um todo deveria, então, exercer as funções governamentais, e o Estado, que tenderia a tornar-se uma organização de ociosos, seria substituído pelos interesses espontâneos da produção, sendo absorvido pela sociedade, quando passaria a visar a satisfação de todos os necessitados. Para ele, a luta entre as classes militar ou feudal e a industrial resultaria na vitória desta última e, a partir daí, constituir-se-ia uma sociedade de trabalhadores. Posteriormente, ele modificará sua visão idílica e passará a criticar os patrões que parasitam os operários. Todos deveriam cooperar para a felicidade comum, e os ociosos seriam excluídos, de modo que se aplicasse a divisa: “de cada um segundo suas capacidades e a cada capacidade segundo suas obras”. Uma ciência social “positiva” revelaria as leis do desenvolvimento da história, permitindo uma organização racional da sociedade. As idéias saint-simonianas tiveram vigoroso impacto, tanto sobre a obra de Marx e Engels, como sobre a de Durkheim.

Secretário de Saint-Simon por algum tempo, Auguste Comte (1798-1857) foi quem cunhou o termo Sociologia, que logo veio a se generalizar, contribuindo para que alguns o percebessem como o fundador da própria ciência. Ele foi o grande divulgador do método positivo de conhecimento das sociedades, sintetizado num desiderato: “ciência, daí previdência, previdência, daí ação”.²⁶ Tratava-se de conhecer as leis sociais para poder prever racionalmente os fenômenos e agir com eficácia; explicar e antever, combinando a estabilidade e a atividade, as necessidades simultâneas de ordem e progresso - condições fundamentais da civilização moderna. Uma das grandes preocupações de Comte era a crise de sua época, causada, segundo ele, pela desorganização social, moral e de idéias. A solução se encontraria na constituição de uma teoria apropriada - a Sociologia - capaz de extinguir a anarquia científica vigente, origem do mal. Esse seria, precisamente, o momento em que se atingiria o estado positivo, o grau máximo de complexidade da ciência. Para isso, era indispensável aperfeiçoar os métodos de investigação das leis que regem os fenômenos sociais, ou seja, descobrir qual é a ordem contida na história humana, lembrando que o princípio dinâmico do progresso deveria estar subordinado ao princípio estático da ordem.

A chamada “filosofia positiva”, segundo Comte, é fundamentalmente um sistema geral do conhecimento humano que se antepõe à “filosofia negativa” com a pretensão de organizar, e não de destruir a sociedade. O movimento crítico do antigo regime em decadência ainda carecia de uma filosofia adequada que fornecesse as bases da regeneração social. O fundamento de tal movimento tinha sido o espírito metafísico, presente na “filosofia

²⁶ O positivismo, fundado por Comte, só admitia o conhecimento baseado nos fatos e, portanto, na observação. Comte rejeita a metafísica e a prática da dedução em benefício da ciência empírica e verificável.

negativa” daquele período, e que só poderia cristalizar-se numa política tendente “a continuar a desordem ou um estado equivalente de desgoverno”. Para que fosse possível a reorganização social, era necessário reconstruir previamente as opiniões e os costumes por meio da “sistematização dos pensamentos humanos”. Esta seria a tarefa do positivismo, composto “de uma filosofia e de uma política... uma constituindo a base, a outra a meta de um mesmo sistema universal”.²⁷

Comte rejeitava a concepção contratualista de que a sociedade é formada de indivíduos, afirmando que tudo o que é humano além do nível meramente fisiológico deriva da vida social, o que evidencia o predomínio do coletivo. Para o espírito positivo, “o homem propriamente dito não existe, existindo apenas a Humanidade, já que nosso desenvolvimento provém da sociedade, a partir de qualquer perspectiva que se o considere”.²⁸ O individualismo é, portanto, uma construção do pensamento pré-positivo, do espírito teológico-metafísico. Contrariamente às concepções iluministas e racionalistas do direito individual, Comte acreditava que “ninguém possui o direito senão de cumprir sempre o seu dever”. A ordem, base das sociedades que alcançam o estado positivo,²⁹ baseia-se no consenso moral, na autoridade. Por isso, rejeitava a revolução, por promover o progresso às expensas da ordem.

Tanto Comte como Saint-Simon dedicaram-se também a analisar a necessidade da criação de uma religião - de fato uma moralidade consistente que fundamentasse a nova ordem social. Comte escreveu o Catecismo positivista, em que a Humanidade vem a substituir Deus, e o altruísmo ocupa o lugar do egoísmo. Do mesmo modo, o Novo cristianismo de Saint-Simon seria uma religião sem teologia e sem Deus, dedicada a aplicar os princípios da fraternidade à vida social. Observa-se em ambos os pensadores uma profunda preocupação com a necessidade de uma moral - forte o suficiente para amparar a vida social e gerar uma solidariedade compatível com os novos tempos e capaz de reorganizar as instituições devastadas pelas revoluções, e que viesse a substituir a antiga religiosidade cristã fundada na fé, na superstição e nos privilégios. Parte dessas apreensões sobre a necessidade de uma nova moralidade tiveram seguimento na obra de Émile Durkheim.

Na busca de constituir uma Sociologia científica com objeto e método claramente definidos, muitas hipóteses explicativas da natureza da vida social e das possíveis leis de sua evolução foram propostas, emulando, com frequência, modelos de investigação e demonstração já consagrados - particularmente pelas ciências físicas e naturais. Nessa linha, a

²⁷ COMTE. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo, p. 97.

²⁸ COMTE. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo, p. 77.

²⁹ Os estados anteriores são teológico e metafísico. A chamada lei dos três estados é atribuída equivocadamente a Comte, mas foi comum a diversos outros sistemas de pensamento na época.

teoria evolucionista exerceu profunda atração sobre a Sociologia e a Antropologia, estimulando a utilização de analogias entre a sociedade e os organismos. A sociedade era vista como um sistema vivo, dotado de funções e relações ordenadas, como uma estrutura que unifica seus componentes diferenciados, garantindo a continuidade harmônica do todo em atividade. O inglês Herbert Spencer (1820-1903) foi o sociólogo mais representativo dessa corrente. Ele difundiu o chamado darwinismo social - a teoria do evolucionismo biológico aplicada à compreensão dos fenômenos e, particularmente, das desigualdades sociais, através de conceitos como: evolução, seleção natural, luta, sobrevivência. A lei do progresso orgânico, acreditava Spencer, é a lei de todo progresso, que transforma o simples em complexo por meio de diferenciações sucessivas e da especialização de funções. Isso se ajusta à sociedade, que teria evoluído para o tipo industrial. Para ele, “uma sociedade não é mais do que um nome coletivo empregado para designar certo número de indivíduos. É a permanência das relações existentes entre as partes constitutivas que faz a individualidade de um todo e que a distingue da individualidade das partes.”³⁰ Sendo os indivíduos - unidades elementares - organismos sujeitos às leis biológicas, o arranjo e a distribuição das funções reguladoras da convivência social estariam submetidos às mesmas leis do mundo natural. A sociedade é um organismo [e] apresenta um crescimento contínuo. À medida que ela cresce, suas partes tornam-se dessemelhantes, sua estrutura fica mais complicada e as partes dessemelhantes assumem funções também dessemelhantes. Essas funções não são somente diferentes: suas diferenças são unidas por via de relações que as tornam possíveis umas pelas outras. A assistência que mutuamente se prestam acarreta uma mútua dependência das partes. Finalmente, as partes, unidas por esse liame de dependência mútua, vivendo uma pela outra e uma para a outra, compõem um agregado constituído segundo o mesmo princípio geral de um organismo individual. A analogia de uma sociedade com um organismo torna-se, ainda, mais surpreendente quando se vê que todo organismo de apreciável volume é uma sociedade...³¹

O modelo de relações que a caracteriza é o contrato, porque os indivíduos procuram associar-se na busca da própria felicidade ou graças ao seu auto-interesse, e o tipo de ordem daí resultante é utilitário. Concepções evolucionistas desse tipo continuam a exercer um certo fascínio, dada a simplicidade de seu esquema explicativo.

Em meados do século 19, Karl Marx (1818-1883), afastando-se da filosofia idealista alemã, concentrava seus esforços em compreender “os homens de carne e osso”, movidos por suas necessidades materiais e inseridos no rio da História. Embora sua obra não

³⁰ SPENCER. O que é uma sociedade? p. 147.

³¹ SPENCER. O que é uma sociedade? p. 148-149.

possa ser considerada estritamente sociológica, ela lançou as bases para explicar a vida social a partir do modo como os homens produzem socialmente sua existência por meio do trabalho, e de seu papel enquanto agentes transformadores da sociedade. Isto trouxe de volta ao centro do debate político e intelectual o tema da desigualdade social, vinculando-o a processos histórico-sociais.

A Sociologia começou a se consolidar enquanto disciplina acadêmica e a inspirar rigorosos procedimentos de pesquisa a partir das reflexões de Émile Durkheim (1858-1917) e de Max Weber (1864-1920). Ambos se dedicaram não só a delimitar e a investigar um grande número de temas como a dar-lhes uma clara definição sociológica. Uma parcela considerável da produção desses autores esteve voltada à discussão do método de pesquisa adequado à Sociologia.

A maior parte da vida de Durkheim transcorreu durante a Terceira República francesa (1870-1940), época caracterizada pela instabilidade política e pelas guerras civis. A sociedade européia mostrava-se a seus olhos ainda pouco integrada e cheia de contradições, a família e a religião acusavam sinais do enfraquecimento de suas antigas funções. Ele acreditava ser necessário descobrir novas fontes de solidariedade e de consenso entre os membros da sociedade para fortalecer sua coesão. Durkheim foi um liberal democrata disposto a levar à frente os ideais revolucionários de 1789. Nesse sentido, deu continuidade à idéia comtiana de instituir uma religião de cunho secular, fundada em princípios morais que poderiam revigorar a sociedade moderna. O positivismo foi a corrente de pensamento que teve maior influência sobre o método de investigação que ele elegeu como o mais correto para a coleta dos dados, a fim de que a Sociologia ultrapassasse os obstáculos impostos pelas noções vulgares e pela afetividade.

Já na Alemanha de Weber a situação social e política era bastante distinta daquela que vigorava em boa parte do continente europeu. Sua industrialização foi retardatária em relação à da Inglaterra e à da França, faltando-lhe uma burguesia economicamente forte, politicamente audaz e com um certo grau de prestígio social. Assim é que os grandes proprietários agrícolas tomaram a direção do processo de unificação nacional que veio a ser concluído em 1870. O Príncipe Otto von Bismarck constituiu na Alemanha uma burocracia forte, racionalmente organizada nos moldes do exército prussiano do qual copiou o rígido sistema de hierarquia e autoridade. Nesse quadro de transformações estruturais, a pequena burguesia germânica perdeu espaço social e político e acabou por ensaiar uma reação contra certos aspectos do capitalismo industrial que vinha se instalando no país. Crítico do capitalismo - ou melhor, da sociedade racionalizada, burocratizada e desencantada - Weber

tem uma atitude resignada diante desses processos que considera inevitáveis e inerentes à evolução do dito sistema. É o chamado “anti-capitalismo romântico” que marca de forma definitiva seu pensamento.

Em suma, foi a partir da obra realizada sobretudo por Marx, Durkheim e Weber que a Sociologia moderna se configurou como um campo de conhecimento com métodos e objeto próprios. Valores e instituições que antes eram considerados de um ponto de vista supra-histórico passam a ser entendidos como frutos da interação humana. Assim, a Sociologia revelava a dimensão temporal de fenômenos e dispunha-se, mesmo, a interferir no seu curso aparentemente autônomo. Com o tempo, nenhum tema seria considerado menos nobre ou escaparia à ânsia de entendimento: o Estado, as religiões, os povos “não-civilizados”, a família e a sexualidade, o mercado, a moral, a divisão do trabalho, os modos de agir, as estruturas das sociedades e seus modos de transformação, a justiça, a bruxaria, a violência... O olhar sociológico continuará à espreita de novos objetos. A razão passa a ser vista como a luz que, promovendo a liberdade do indivíduo, orienta sábios e ignorantes em direção à verdade.

Ao tratar de compreender a especificidade do que poderia ser chamado de “social” e dada a própria natureza de seu objeto, a Sociologia sofre continuamente as influências de seu contexto. Idéias, valores, ideologias, conflitos e paixões presentes nas sociedades permeiam a produção sociológica. Antigos temas -liberdade, igualdade, direitos individuais, alienação - não desaparecem, mas assumem hoje outros significados. A Sociologia era, e continua a ser, um debate entre concepções que procuram dar resposta às questões cruciais de cada época. Por inspirar-se na vida social, não pode, portanto, estar ela própria livre de contradições.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Phillippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

COMTE, A. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. In _____. Comte. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Coleção Os Pensadores.

DIDEROT; D’ALEMBERT. Dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios por uma sociedade de letrados. Tradução de Fúlvio M. L. Morato. São Paulo: Unesp, 1989.